
A RELAÇÃO SUJEITO-ESTRUTURA NA HISTÓRIA SOCIAL - APONTAMENTOS PARA ANALISAR A 'IDEIA DE RAÇA' NESSA RELAÇÃO

THE RELATIONSHIP BETWEEN SUBJECT-STRUCTURE IN SOCIAL HISTORY - NOTES TO ANALYZE ATHE 'IDEA OF RACE' IN THIS RELATIONSHIP

Fernanda Oliveira da Silva
Doutoranda em História-UFRGS
feolisilva@gmail.com

RESUMO: A análise a seguir visa observar como no campo epistemológico pode-se interpretar a relação sujeito-estrutura tomando como base a perspectiva da história social, assim como lançar alguns apontamentos a fim de observar a presença da ideia de raça permeando essa relação, cujo pano de fundo está no pós-abolição do sul do Rio Grande do Sul e no norte do Uruguai no que tange aos sujeitos negros e suas associações observadas a partir dos seus membros como sujeitos coletivos. A estrutura é tomada como algo forte e com um grau de hierarquia perante a ação dos sujeitos, que por razões sociais foi moldada por ações desses, mas que parece ter se “emancipado” e adquirido vida fora deles. No entanto, as estruturas moldam as ações dos sujeitos e são moldadas por essas ações numa relação dialética. Dessa forma, as estruturas são tomadas enquanto processo que se dá a partir de relações sociais e não como algo estático. As relações sociais são responsáveis pela dinâmica histórica e sobre elas que se lança olhar a fim de captar a dinâmica da sociedade. Aqui as relações são destacadas no que tange às sociais que acionam a raça e que conduzem a análise da tese que desenvolvo centrada no processo de racialização.

PALAVRAS-CHAVE: História social. Raça. Sujeito. Estrutura. Pós abolição.

ABSTRACT: The following analysis aims to observe how the epistemological field can interpret the subject-structure based on both social history, as well as shed some notes to observe the presence of the idea of race permeate this relationship, whose cloth background is in post-abolition of the Southern Rio Grande do Sul and Northern Uruguay in relation to black individuals and their associations observed from its members as collective subjects. The structure is taken as something strong and with a degree of hierarchy before the action of the subject, which was shaped by social reasons for these actions, but that seems to have "emancipated" and taken on a life out of them. However, the structures shape the actions of individuals and are shaped by these actions in a dialectical relationship. Thus, the structures are taken as a process that occurs from social relations and not as something static. Social relations are responsible for the historical dynamics and on them that throws look to capture the dynamics of society. Here the relationships are highlighted in relation to social class and that trigger leading to the thesis I develop analysis focused on the racialization process.

KEYWORDS: Social History. Race; Subject. Structure. Post-abolition.

Racialização, história social e dimensões do histórico: sujeito e estrutura

A história social enquanto perspectiva de análise¹ busca interpretar a história da sociedade contemplando suas interfaces - econômica, política, cultural e social – de forma a observá-la no seu todo, ou seja, numa relação em que o diálogo entre as partes esteja presente (CASANOVA, 1997; HOBBSAWM, 1998). Estas partes por sua vez comportam as diferentes dimensões da realidade histórica, as quais são estrutura, sujeito, tempo e espaço (PETERSEN; LOVATO, 2013). Na sociedade estas dimensões encontram-se numa relação dialógica. O entendimento e a explicação das questões históricas no fazer historiográfico devem atentar para essas dimensões.

A proposição do fazer histórico que aqui se apresenta visa explicitar as noções de estrutura e de sujeito, e sua imbricação com a raça/processo de racialização como formas de interpretar a história. Sérgio Bagú (APUD PETERSEN; LOVATO, 2013) tem uma argumentação relacionada às estruturas com a qual a análise aqui desenvolvida corrobora e pretende seguir, a partir das diretrizes aqui traçadas:

Pode-se usar esse conceito pra designar “conjuntos” nos quais exista uma condição essencial: um todo cujas partes se encontram relacionadas e cumprem funções que só poderiam cumprir dentro desse todo. O todo não é igual à soma das partes, mas não existe sem elas.

Há sempre um grande número de estruturas na sociedade, correlacionadas entre si e com algum tipo de hierarquia entre elas, isto é, sempre alguma é mais determinante que outras.

As estruturas são parte da história, não existem fora dela, embora também com referência a esta questão exista às vezes uma tendência a substancializá-las, considerá-las antes com vida própria; [...] tende a concebê-las como “coisas”, sem perceber que nada mais são do que *produtos de relações sociais*. As estruturas são construídas pelos homens e, como tal, surgem,

¹ A ideia de perspectiva é corroborada pela ideia de não especialização visto que não se busca algo isolado. Assim, explicita-se aqui que a História Social é vista enquanto uma perspectiva que advém de uma demanda de mudança na sociedade. A qual esteve vinculada aos modos de fazer história a partir de uma desfragmentação do historicismo que buscou compreender as rupturas e o devir histórico. Trouxe em seu bojo a noção de agência aos novos sujeitos da história, até então permeada pela ideia de grandes homens e grandes fatos como responsáveis pela história. Com o “advento” dos populares enquanto decisivos no devir histórico, ou pelo menos da descoberta de fontes que permitiram observá-los enquanto tal, os mesmos passaram a ser importantes para a história e dela fazerem parte. A partir de então se buscou a ideia de totalidade - de história da sociedade - e ao incluir uma perspectiva de construção do social as diferentes instâncias deveriam estar em relação, a qual por vezes dá conta de uma relação dialética, em que os opostos compõem a totalidade, visto que a ênfase, nessa perspectiva está nas relações sociais visto serem elas que compõem a sociedade.

transformam-se e, quando perdem sua diferenciação, desembocam em outras, como acontece com todos os modos de organização que emergem nas sociedades humanas, decorrentes de suas práticas, decisões etc. (BAGU apud PETERSEN; LOVATO, 2013, pp. 249-250).

A ideia de raça aqui aparece como uma hipótese operativa que constitui o vínculo central das estruturas na sua relação com os sujeitos. Permitindo acessar não somente a persistência da ideia na estrutura e nos sujeitos, como as transformações. No entanto, as dimensões de tempo e espaço permeiam essas concepções, e apenas para fins de escrita não estão recebendo atenção explícita. Esclareço ainda que o *tempo* e o *espaço* observados aqui dão conta de um campo fértil para a história, a saber, as tensões às quais as sociedades estavam vivenciando no processo de mudança histórica com o pós-abolição. Dessa forma, na esteira de Hobsbawm (1998) pode-se observar “o mecanismo geral pelo qual as estruturas da sociedade tendem simultaneamente a perder e restabelecer seus equilíbrios”, na seqüência o autor adverte ainda que incorporar a ideia de história da sociedade permite ao historiador observar “os fenômenos que tradicionalmente são o tema de interesse dos historiadores sociais, como, por exemplo, consciência coletiva, movimentos sociais e a dimensão social das mudanças intelectuais e culturais” (HOBSBAWM, 1998, p. 94).

Para tal se apontou a necessidade de observar alguns fatores, como o não abandono da estrutura e uma reformulação da noção de ideologia, em que a mesma “é vista como um complexo processo social de ‘interpretação’”² a partir da tensão, ou seja, aqui ela não é tomada única e exclusivamente como determinante, mas permite a visualização de uma ressignificação pelos dominados das perspectivas dos dominantes, visto que é essa tensão que oferece resultado a partir da forma de como os dominados estão recebendo e lidando com as imposições e por vezes a ressignificando e obtendo uma margem de negociação.

Nesse sentido, a história é tomada como um processo, ou seja, algo dinâmico em que a sua lógica interna é regida pela relação entre sujeito e estrutura, assim, o determinismo é rechaçado e a determinação passa a ser observada. Ao compreender o sujeito e a estrutura como membros de um mesmo processo capta-se então as relações entre ser social e consciência social, nas quais as diferentes experiências levam a diferentes formas de consciências. Evidenciando-se que existe um raciocínio cíclico em que experiência e

² Costa, Emilia Viotti da. Experiência versus estrutura..., p. 26.

consciência se complementam, ou seja, uma não pode explicar a si mesma. Assim, as semelhanças entre as experiências podem ser percebidas nas regularidades e tem sua base material como referente, mas os determinantes são exteriores aos sujeitos. E, por sua vez, as experiências semelhantes, que demonstram mudanças generalizadas, não necessariamente apresentam resultados iguais, e esses resultados díspares podem iluminar as estruturas.

Esta análise é parte de um problema maior, que visa observar “como parcelas dos grupos negros, concentrados nos clubes sociais ao sul do Rio Grande do Sul e no norte do Uruguai no pós-abolição entre as décadas de 1930 e 1950, pautados pela ideia de ‘raça’³ construíram os seus processos de racialização em diálogo com as sociedades das quais faziam parte?”. A racialização é tomada então como um processo de construção social da diferença em que a ideia de raça foi a categoria acionada para tal, importa então conferir historicidade a raça a fim de visualizar o processo em construção de um discurso, com conseqüências reais, com diferentes significados imbricados nas estruturas e experiências dos sujeitos no tempo e no espaço.

Em relação à racialização é importante destacar que:

O próprio termo racialização ganhou propósito investigativo na medida em que pesquisadores como Barbara Fields passaram a inquirir como e por que a noção de raça fundamentou hierarquias sociais nos Estados Unidos. Para tanto, Fields enfatiza a importância de conferir-se historicidade à ideia de raça, ressaltando que mesmo os historiadores tendem a considerá-la como uma questão trans-histórica. Por isso, o uso da palavra *racialização*, em vez de *raça*, por exprimir um discurso sempre em construção e à mercê das circunstâncias de cada tempo e lugar. Ela afirma que a “noção de raça, como se expressa popularmente, é uma construção ideológica e acima de tudo um produto histórico”; portanto, diz respeito a contextos e realidades sociais particulares (ALBUQUERQUE, 2009, p. 35).

³ A ‘raça’ é utilizada aqui enquanto uma categoria social que faz referência a uma ideia que vigora no senso comum, mas que não encontra referência objetiva no mundo real. Assim a(s) noção(nções) de raça, é significada por um código de leitura do real que encontra seu poder de significação na observação da estrutura e das ações dos sujeitos, no caso que observo, os sujeitos são os membros dos clubes e centros culturais negros,. Dessa forma, a terminologia poderia ser apresentada sempre entre aspas, no entanto, optou-se por fazer a ressalva e a partir de então utilizá-la enquanto palavra, com o referido sentido, sem a necessidade constante das aspas apenas para facilitar a escrita e leitura. Para consolidar essa interpretação foram importantes as assertivas presentes em NUNES, A. Sedas. *Sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais*. Lisboa, Instituto de C. Sociais da Universidade de Lisboa, s.d., p. 37-56.

Nesse sentido, a ideia de raça é compreendida como parte da estrutura com conseqüências diretas na relação sujeito-estrutura e passível de ser captada ao observar-se a ideologia racista como tradução de um modo social de ver o mundo e estruturar as formas de viver. Assim como permite imergir na epistemologia, no que tange a construção do conhecimento histórico, aplicabilidade nas questões estruturais e significação pelos sujeitos ao percorrer-se a experiência vivenciada na cultura, no caso os clubes sociais negros, em que a raça se coloca como um determinante importante (sem ser um determinismo simplesmente) que está imbricada na relação sujeito-estrutura. E, é por vezes responsável pela tensão provocada pela ação humana conferindo dinâmica a história. A ideia de raça e a identificação do racismo anti-negro⁴ enquanto lógica que permeia as relações sociais, econômicas e políticas no cerne de uma estrutura acaba por se impor de forma superior à subordinação material de um grupo e fornece meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem, se entenderem e por vezes tencionarem no sentido de por fim a referida lógica.

A sustentação teórica para esse artigo proporcionou o contato mais aprofundado com duas referências para se pensar a forma como a “raça” e a racialização podem ser observados de forma a iluminar as medidas tomadas por Estados institucionais, ou seja, o que se observa nos escritos dos autores que segue no próximo tópico é a forma como o racismo institucionalizado age de forma estruturante sobre as experiências dos sujeitos negros enquanto trabalhadores em diálogos com a escravidão e o pós-abolição. Assim, eles não partem da concepção de que raças existem e que norteiam as desigualdades, mas sim focam no processo de racialização da construção social das diferenças. A medida que a raça é tomada como socialmente construída, o que importa é saber como se deu o processo social dessa construção.

Cabe salientar, no entanto, que embora todos os textos trabalhados sigam o viés marxista enquanto forma de conceber o conhecimento histórico, em nenhum dos autores de cunho teórico foi possível encontrar um debate a cerca da utilização ou não da “raça” enquanto categoria analítica. Não houve uma problematização, apenas apontamentos que permitem inferir a identificação muito mais como uma terminologia do que uma

⁴ O racismo será aqui tratado sempre na perspectiva anti-negro. Para outras formas de racismo ver FREDRICKSON, George M. *Racism: A short history*. Princeton: Princeton University Press, 2002; MILES, Robert. *Racism after 'racerelements'*. Londres: Routledge, 1993.

problematização dos seus efeitos enquanto categoria analítica. Tomar a “raça” como conceito analítico traz imbricado a percepção de referência e reprodução social e as conseqüências de um dado real e distinguível, no entanto, sem nenhum conteúdo evidentemente marxista, em que um grupo se define por suas características físicas o que de forma resumida incorre numa análise de cunho essencialista.

No entanto, é necessário advertir que essa é uma discussão presente em outros autores marxistas, como, por exemplo, em Robert Miles (1993), que tendo como foco de sua análise o entendimento dos racismos aponta que “os efeitos do racismo são sempre mediados por e através de outras estruturas e relações sociais, as mais importantes dessas são as relações de classe e a realidade política do Estado nação”⁵. Para este autor o objeto dos estudiosos imersos nessa perspectiva pela análise marxista deve ser o estudo da determinação e os efeitos das diferentes modalidades de racismo dentro de uma matriz histórica mapeada pela evolução do modo de produção capitalista e associada ao surgimento do Estado nação, e dessa forma deve preocupar-se em verificar se a invenção do racismo está enraizada em formações sociais pré-capitalistas⁶.

A interpretação da relação de raça e estrutura deve ser permeada pela observação da ideia de raça como um elemento explicativo, parte da estrutura mental, com utilização direta na estrutura material, pois ela condiciona seu funcionamento objetivamente, visto que permeia suas diretrizes econômicas, políticas, culturais e sociais, e, de forma semelhante, a noção de raça figura como componente estrutural, dentre outros, na vida dos sujeitos. Dessa forma a argumentação aqui presente segue a sugestão de que os fenômenos mentais, salientados na historiografia sob o guarda-chuva “História das Mentalidades” não devem ser

⁵ Furthermore, the effects of racisms are always mediated by and through other structures and social relations, the most important of which are class relations and the political reality of the nation state. Miles, Robert. *Racism after 'racerelations'*. Londres: Routledge, 1993. pp.12-13.

⁶ Miles (1993) Cabe ressaltar ainda, que embora Robert Miles e Walter Johnson (2004) analisem objetos diferentes, as perspectivas caminham num mesmo sentido. Dessa forma, apenas como exemplificação, Johnson alerta para a necessidade de romper com as fronteiras entre o capitalismo e o pré-capitalismo, observando as continuidades, assim o sentido pode estar em observar a economia política do Atlântico entre o XVII e o XIX como um único espaço interligado por fluxos de pessoas, e trocas culturais e comerciais, que demonstram a interdependência entre a escravidão e o capitalismo, assim como Miles afirma para a observação das práticas racializadas não apenas como advinda do capitalismo, como supostamente teria sido do trabalho livre, mas num processo enraizado num pré-capitalismo. Dessa forma, as categorias são imersas nas suas complexidades, para além de relações diretas de capitalismo-trabalho livre; escravidão-trabalho compulsório; capitalismo-racismo, ou seja, rompe-se com a própria lógica de que a escravidão seria incompatível com o capitalismo e assim questões próprias do capitalismo não poderiam ser encontradas em períodos anteriores.

vistos completamente alijados do concreto em que as estruturas mentais são autônomas em relação às estruturas materiais. De forma dialógica permite que se observe como os sujeitos, aqui interpretados enquanto coletividade, no que tange a posição social que ocupam, e os comportamentos que adotam não estão ligados somente à condição econômica e tão pouco, diretamente a ela, mas sim pela imagem que tem sobre a estrutura econômica permeada pela ideia de raça (DUBY, 1976).

A ideia de raça figura como uma *parte* importante dentro da estrutura e que tem ação e ressignificação direta entre os grupos negros (os quais compõem a base empírica aqui proposta) tomados enquanto sujeitos históricos. Os quais buscaram transpor os limites impostos pela estrutura. O pressuposto inicial é de que a própria “palavra estrutura designa simultaneamente um conjunto, as partes de um conjunto e as relações dessas partes entre si” (PETERSEN; LOVATO, 2013, p.249). A perspectiva de analisar a raça na relação sujeito-estrutura é tida enquanto uma *parte* da relação, com funções específicas que obedecem a hierarquias de poder, sendo ela mesma uma imposição, e nesse caso fruto do poder (de hierarquizar e conferir categorias) que foi captado pelos grupos, ressignificado (como no caso da positivação conferida à terminologia *negro*) e tensionada perante às estruturas. Buscava-se assim a transformação de questões mentais com ação direta nas questões materiais, acompanhando as modificações de ordem econômica e política vivenciada nos espaços em questão com o pós-abolição visto que estas estruturas são históricas. Esse modo de conceber o saber dá conta de produzir um conhecimento histórico que focalize o processo de racialização que nada mais é do que a construção social de diferenças exteriorizada pelas estruturas sociais que constroem os sujeitos negros, mas que também os impulsionam e causam mudanças nas estruturas. Nesse processo observa-se o movimento inerente à historicidade das ações balizadas por restrições e por tentativas (por vezes com sucesso) de por fim as fronteiras, ou seja, é a tensão entre sujeitos e estruturas.

O sujeito histórico é tido como um problema que concerne à causalidade estrutural ou princípio explicativo cujo papel é central na análise que adota o método do materialismo histórico, o qual a história social utiliza visto ser o que melhor dá conta de demonstrar a dialética das relações - em síntese o materialismo histórico caracteriza-se por tomar o real como referente; a evidência como parte do real; demonstrar a ciência do movimento

(transformação); e a dialética não é tomada como um fator em decorrência do outro, mas enquanto portadora de hierarquias de poder e de tensão das mesmas visando captar a representação e produzir conhecimento histórico (THOMPSON, 1987). Assim, o sujeito histórico é o que move a luta de classes, vista como motor da história no texto clássico de Marx, *Manifesto do partido comunista*, e assim é um tipo de causalidade histórica de acordo com o materialismo histórico. Dessa forma, associados dos clubes e centros culturais envolvidos no devir das associações, aqui são tomados enquanto sujeitos visto que se trata de ações coletivas em prol de cidadania efetiva que viria com o fim do preconceito racial que atingia as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais.

A estrutura é um conceito bastante utilizado no conhecimento social e engloba diferentes sentidos e questões, alguns desses já contemplados na passagem referente a Bagú. Para fins didáticos nessa análise adotou-se a definição de que:

As estruturas econômicas e sociais são formações misteriosas: ao mesmo tempo intangíveis, invisíveis e, até certo ponto, incompreensíveis, são contudo poderosas e, em diversos casos, amplas e de longa duração. [...] na Europa do século XVII e mais ainda no século seguinte, os pensadores começaram a constituir conceitos a respeito de estruturas econômicas e sociais ou sobre o que de início denominaram “economia política” ou sociedade civil”, bem como em referência à evolução dessas estruturas ao longo da história da humanidade (LLOYD, 1995, p.21).

A estrutura social é compreendida como algo determinante sobre as ações e crenças das pessoas. Desempenha assim, uma coerção estrutural sobre o pensamento humano e também sobre as suas organizações sociais. No entanto, sofre pressões pelas ações dos sujeitos os quais tiveram seu pensamento moldado por questões estruturais historicamente determinadas, e por vezes passa por transformações decorrentes dessa dialética advinda do ato de restringir/possibilitar. Não obstante, a determinação, por sua vez, não é vista como um determinismo, pois caso contrário as estruturas, seriam tomadas como *coisas* e estariam desprovidas do que lhes confere objetividade – as coordenadas objetivas de organização asseguradas pelos sujeitos. A argumentação de Anderson indica que esse é o grande problema cognitivo do estruturalismo, o qual, em seu auge, anunciou o fim do homem. Embora, o problema central da fonte teórica do estruturalismo, do pós estruturalismo e, do marxismo francês de uma forma geral fosse a “natureza das relações entre estrutura e sujeito na história

e sociedade humanas” (ANDERSON, 1984, p. 39). A dialética da sociedade que a caracteriza na sua dinâmica é a responsável pela continuidade e pela transformação das estruturas. Assim, cabe salientar que a dinâmica não se dá unicamente pela ação factual dos indivíduos, tampouco por uma existência permanente da estrutura, e sim pela permanência da estrutura aliada ao protagonismo dos sujeitos.

Esses buscam romper as estruturas, enquanto elas impõem limites. Isso é efetivamente o motor da história. Evidencia-se então o verdadeiro agente da história: os sujeitos. A estrutura, por sua vez, não é um agente histórico, embora seja histórica, e dessa forma não tem poder para constituir a sua própria história. Anderson faz a ressalva de que os sujeitos proeminentes nas estruturas são primeiramente os coletivos (LLOYD, 1995, p.83): “nações, classes, castas, grupos, gerações”. Visto que “a ação destes sujeitos é capaz de efetivar profundas transformações daquelas estruturas” (ANDERSON, 1984, p.51). E aqui mais uma vez pode-se perceber a emergência da história social no campo científico a partir do momento em que novos personagens passam a fazer a *diferença* no devir histórico. Cabe aqui a ressalva, que pela metodologia estruturista, presente em Lloyd, embora a proeminência dos sujeitos esteja também no coletivo, ele considera a agência individual dentro da história estrutural social. A argumentação desse autor é semelhante à de Carlos Pereyra demonstrada por Petersen e Lovato. Não obstante as autoras ressaltam que não se está negando a agência ativa dos indivíduos, mas a ação deles está sendo observada em relações específicas “cujos limites são fixados pelo jogo contraditório das relações sociais consideradas em seu conjunto” (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 255).

Observa-se então que a estrutura é permeada por uma ideia de raça que busca condicionar os sujeitos, e estes conferem os seus próprios significados à raça e buscam tencionar para que os significados sejam revistos e ressignificados além de não serem parte constante das fontes de diferenças entre diferentes grupos. Essa percepção, por sua vez está condicionada a alguns alertas que concernem à perspectiva da história social enquanto história da sociedade, dentre estes se encontram a percepção dos fenômenos em diferentes níveis de análise, obedecendo à hierarquia entre as diferentes forças que agem, cujos resultados sejam reunidos de forma a compor uma visão do todo (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 255).

Note-se que a argumentação aqui está voltada para a observação do processo de racialização no pós-abolição sul brasileiro e norte uruguaio em que uma série de medidas foram tomadas pelos referidos estados nacionais em que a ideia de raça pode ser percebida (ela não está explícita), como as leis de nacionalização do trabalho e da educação no Brasil, assim como da instituição da cultura nacional com o governo Vargas das décadas de 1930 e 1940 enquanto que as associações negras em nível nacional estavam reivindicando melhores condições de trabalho, cidadania efetiva e principalmente, denunciando abertamente o racismo social e institucionalizado, com ênfase ao espaço de trabalho.

Embora não seja tema do artigo e nem seja possível fazer digressões mais amplas sobre o assunto, devo salientar que o racismo, foi gestado enquanto doutrina amparada na ciência, o denominado “racismo científico”, e teve ampla utilização pelas estruturas de poder em fins do século XIX e na primeira metade do XX (englobando o recorte de tempo do estudo que desenvolvo), resultado das teorias científicas que utilizou a ciência enquanto um dogma. Além de demonstrar o caráter eurocêntrico do conhecimento científico, o racismo permite trazer a tona a uma questão que está implícita de uma precariedade histórica: a noção de verdade na história.

No Uruguai as condições não eram díspares, sendo que o estado nacional anunciava uma democracia racial, mas se autodenominava a “nação branca”, e as associações negras, também nas décadas de 1930 e 1940 denunciaram abertamente a presença do racismo e se fizeram perceber pelas autoridades, conseguindo alguns ganhos efetivos a partir dessa tensão⁷. Observa-se assim a possibilidade de contemplar a margem de ação que esses sujeitos tinham dentro de estruturas. Dessa forma, a argumentação de Petersen e Lovato (2013) sugere que:

Nessa relação constante, em tensão permanente (no sentido de que a relação entre estrutura e sujeito *não* se converte em uma síntese), há uma margem de ação dos sujeitos, do exercício de sua liberdade, que pode causar a própria transformação da estrutura e há um campo de condições dadas, limites que a estrutura demarca para a ação dos sujeitos (PETERSEN; LOVATO, p. 260).

⁷ Optei por apresentar as informações sob a forma de síntese a fim de obedecer o espaço do artigo estas informações fazem parte da pesquisa bibliográfica em fontes secundárias para a escrita da tese. Para maiores informações ver duas obras de referência: ANDREWS, George Reid. *Negros em La nación blanca: historia de los afro-uruguayos 1830-2010*. Montevideo: Librería Linardi y Risso, 2010; PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Como observou Frantz Fanon (2008), a manutenção de estruturas sociais em locais que passaram pela escravidão, e/ou pelo colonialismo, traz consigo a ideologia de raça implementada pela classe dominante visando mediar as relações sociais, e assim a barreira racial se manteve. O racismo se perpetuou através das estruturas sociais, nelas que se encontram as raízes do racismo. Isso só se transforma frente uma conscientização dos sujeitos identificados pelos outros, e auto-identificados como negros, os quais então podem buscar ações no sentido de uma modificação dessas estruturas permeadas pela ideologia racial⁸.

A argumentação de Frantz Fanon (2008) sugere ainda que o racismo, e o colonialismo, devem ser compreendidos como formas sociais gestadas para interpretar o mundo capitalista e também como forma de nele viver. A ideia de negros, enquanto os diferentes, teria sido criada nessa perspectiva, a partir de uma significação da raça pelo sistema colonial e informa os meios pelos quais as pessoas podem se expressar e compreenderem-se. Criou-se assim, como por ele rotulado, a *epidermização da inferioridade* (FANON, 2008, p. 28), ou seja, a cor da pele foi um determinante para a inferiorização no racismo colonial. Essa construção social dos significados da raça está intimamente ligada às estruturas sociais, e dão conta de experiências negras diferenciadas na diáspora africana. Dito de outra forma, a natureza do racismo varia de acordo com as estruturas sociais, e nesse caso é possível inferir que Fanon (2008) falava de racismo num sentido plural no que tange a sua natureza, porém, sem escapar da questão colonial.

Estruturas diferentes podem ser responsáveis por experiências negras diferentes, como por exemplo, no que tange ao Brasil, Caribe e Estados Unidos em comparação com países da África subsaariana. Nestes a experiência foi condicionada pelo colonialismo, enquanto naqueles a experiência foi condicionada pela escravidão. Essas experiências por sua vez devem ser tomadas não em seu isolamento, mas justamente na imbricação com o outro, o branco. Na escravidão o contato foi mais direto e isso se manteve no período após a abolição, enquanto que no colonialismo não.

Uma análise que não atenta para a relação dialética entre estrutura e sujeito pode incorrer no erro que a argumentação de Anderson sugere em relação ao estruturalismo e seu sucessor, o pós-estruturalismo:

⁸ A ideologia é tomada aqui na acepção indicada por Marx, de que toda a ideologia é dominante.

[...] longe de esclarecer ou decodificar as relações entre estrutura e sujeito, levou de um absolutismo retórico da primeira [estruturalismo] a um fetichismo fragmentado do segundo [pós-estruturalismo], sem sequer avançar uma teoria acerca das suas *relações*. Tal teoria, historicamente determinada e setorialmente diferenciada, só poderia ser desenvolvida considerando-se dialeticamente a sua interdependência (ANDERSON, 1984, p. 64).

Ao adotar os clubes sociais e centros culturais negros como base empírica e assim, seguindo o método do materialismo histórico, como referente real e ponto de partida da análise, pode-se recuperar a historicidade do processo histórico em que o protagonismo dos sujeitos é contemplado sem deixar de observar os constrangimentos impostos pelas estruturas sobre as suas ações e observar o processo de transformação dessas estruturas a partir das relações com os sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ANDERSON, Perry. Estrutura e sujeito. In: **A crise da crise do marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984. pp. 37-64.

BAGÚ, Sérgio. Tiempo, realidad social y conocimiento. Apud PETERSEN, Silvia e LOVATO, Bárbara. **Algumas dimensões do histórico...** Opus cit., pp.249-250.

CASANOVA, Julien. Reacciones frente al impulso historicista: los Orígenes de La historia social. In: **La história social y los historiadores**. Barcelona: Crítica, 1997. pp. 9-49;

DUBY, Georges. La historia social como síntese. In: CARDOSO, Ciro F. e BRIGNOLI, Héctor. **Perspectivas de La historiografía contemporânea**. México: SEP – Setentas, 1976. pp.9-49.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

HOBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. pp. 216-231.

JOHNSON, Walter. “The Pedestal and the Veil: Rethinking the Capitalism/Slavery Question”. In: **Journal of the Early Republic**, 2004, vol. 24, nº 2 , p. 305.

LLOYD, Christopher. Introdução; Estruturas econômicas e sociais; Abordagens na história estrutural. In: **As estruturas da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. pp. 15-25; 81-83; 99-102.

MILES, Robert. **Racism after ‘racerelements’**. Londres: Routledge, 1993.

NUNES, A. Seda. **Sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais**. Lisboa, Instituto de C. Sociais da Universidade de Lisboa, s.d., p. 37-56.

PETERSEN, Silvia e LOVATO, Bárbara. Algumas dimensões do histórico: tempo, espaço, estrutura e sujeito. In: **Introdução ao estudo da história: temas e textos**. Porto Alegre: Edição das Autoras/Gráfica da UFRGS, 2013. Pp 230-239. p. 230.

THOMPSON, E. P. A lógica histórica. In: **A Miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. pp. 47-62.